

UTILITAS PECÉM - EMPRESA DE UTILIDADES
INDUSTRIAS DO PECÉM S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

UTILITAS PECÉM - EMPRESA DE UTILIDADES INDUSTRIAIS DO PECÉM S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Utilitas Pecém - Empresa de Utilidades Industriais do Pecém S.A.
São Gonçalo do Amarante - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Utilitas Pecém - Empresa de Utilidades Industriais do Pecém S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Utilitas Pecém - Empresa de Utilidades Industriais do Pecém S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias Empresas, Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Concentração de cliente

Chamamos a atenção para o fato de a operação da Companhia ser atrelada até o momento a um único cliente, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 das demonstrações contábeis. Portanto, as demonstrações contábeis acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Transações com partes relacionadas

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, que descreve que a Companhia mantém operação de mútuo relevante com parte relacionada. Essa operação de mútuo foi efetuada de acordo com os termos específicos acordados entre a Administração da Companhia e essa parte relacionada, conseqüentemente o resultado dessa operação poderia ser diferente, caso tivesse sido efetuada com partes não relacionadas. Portanto, as demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias Empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) - Contabilidade para pequenas e médias Empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 24 de maio de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 CE 001465/F-4

André Custódio Nogueira
Contador 1 PR 1 057107/O-2 - S - CE

UTILITAS PECÉM - EMPRESA DE UTILIDADES INDUSTRIAIS DO PECÉM S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
	Nota explicativa	2022	2021		Nota explicativa	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	576	158	Fornecedores	10	1.062	814
Contas a receber	7	1.965	1.778	Empréstimos e financiamentos	11	3.624	3.215
Impostos a recuperar		38	34	Obrigações trabalhistas		50	35
Outras contas a receber		103	77	Obrigações tributárias	12	488	358
		<u>2.682</u>	<u>2.047</u>			<u>5.224</u>	<u>4.422</u>
Não circulante				Não circulante			
Imobilizado	8	6.515	-	Tributos diferidos		222	196
Intangível	9	946	7.009	Empréstimos e financiamentos	11	638	1.092
		<u>7.461</u>	<u>7.009</u>	Mútuos com partes relacionadas	13	702	4.575
						<u>1.562</u>	<u>5.863</u>
				Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
				Capital Social	14	4	4
				Reservas de lucros		3.353	-
				Prejuízos acumulados		-	(1.233)
						<u>3.357</u>	<u>(1.229)</u>
Total do ativo		<u>10.143</u>	<u>9.056</u>	Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>10.143</u>	<u>9.056</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

UTILITAS PECÉM - EMPRESA DE UTILIDADES INDUSTRIAIS DO PECÉM S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Receita Operacional Líquida	15	15.200	11.922
Custo dos Serviços Prestados	16	(6.272)	(4.952)
(=) Lucro Bruto		8.928	6.970
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais, líquidas			
Despesas gerais, administrativas e comerciais	16	(679)	(281)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		8.249	6.689
Receitas Financeiras	17	3	4
Despesas Financeiras	17	(1.945)	(1.735)
(=) Resultado financeiro		(1.942)	(1.731)
(=) Lucros antes dos impostos sobre a renda		6.307	4.958
Impostos sobre a renda - corrente	18	(1.695)	(1.140)
Impostos sobre a renda - diferido		(26)	(196)
(=) Lucro líquido do exercício		4.586	3.622

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

UTILITAS PECÉM - EMPRESA DE UTILIDADES INDUSTRIAIS DO PECÉM S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	4.586	3.622
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>4.586</u>	<u>3.622</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

UTILITAS PECÉM - EMPRESA DE UTILIDADES INDUSTRIAIS DO PECÉM S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

(Em milhares de Reais)

	Capital social			Resultado do exercício	Total
	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Lucros (prejuízos) acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	10	(6)	(4.855)	-	(4.851)
Lucro do exercício	-	-	-	3.622	3.622
Absorção do lucro do exercício	-	-	3.622	(3.622)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	10	(6)	(1.233)	-	(1.229)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.586	4.586
Destinação do lucro líquido do exercício	-	-	4.586	(4.586)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	10	(6)	3.353	-	3.357

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

UTILITAS PECÉM - EMPRESA DE UTILIDADES INDUSTRIAIS DO PECÉM S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	4.586	3.622
Itens que não afetam o caixa operacional		
Amortização de concessões	1.088	1.070
Tributo diferido	26	196
Juros sobre empréstimos	1.111	592
	<u>6.811</u>	<u>5.480</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(187)	(1.778)
Impostos a Recuperar	(4)	(34)
Outras contas a receber	(26)	(77)
Fornecedores	248	474
Obrigações Trabalhistas	15	35
Obrigações Tributárias	130	358
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>6.987</u>	<u>4.458</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado e intangível	(1.540)	(1.800)
Caixa líquido das atividades de investimentos	<u>(1.540)</u>	<u>(1.800)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	4.000	6.113
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(5.156)	(2.399)
Pagamento de empréstimos com partes relacionadas	(3.873)	(6.219)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	<u>(5.029)</u>	<u>(2.505)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>418</u></u>	<u><u>153</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	158	5
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	576	158
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>418</u></u>	<u><u>153</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Utilitas Pecém - Empresa De Utilidades Industriais Do Pecém S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 10 de dezembro de 2013, e tem sua Sede no Porto do Pecém, no município de São Gonçalo do Amarante - CE, e tem por objeto social a implantação e prestação de serviços de coleta e tratamento de esgoto industrial no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, nos termos da Concorrência Pública 20130011/2012, levado a cabo pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará ("Cagece").

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias Companhias - Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) - "Contabilidade para pequenas e médias Companhias".

A Companhia considerou as orientações contidas no OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral na elaboração das demonstrações contábeis. Dessa forma, as informações relevantes, próprias das demonstrações contábeis, estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 24 de maio de 2023.

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações contábeis são, entre outras, as seguintes:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem, por exemplo, o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (*impairment*).

Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

3.3. Instrumentos financeiros

Classificação - ativos e passivos financeiros

Contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Redução ao valor recuperável (*impairment*) - Ativos financeiros e ativos contratuais:

O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito com base na melhor estimativa da Administração.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

3.5. Intangível

Direito de uso

Em 2019, foi celebrado entre a Companhia de Água e Esgoto do Ceará e a Companhia termo de cessão de direito de uso de bens, que tem como objeto a cessão do direito de exploração do serviço de coleta e tratamento de esgoto industrial no Complexo Industrial e Portuário do Pecém.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais com base no prazo do contrato.

Considerando a orientação técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão, que estabelece que outras modalidades de contratos, similares a contratos de concessão, também estão inclusas no escopo do ICPC 01 (R1), a Companhia possui a política contábil de apresentar como intangível o direito de uso de tais ativos, sendo esses amortizados pelo prazo do contrato de cessão de direito de uso.

3.6. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.7. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

3.8. Imposto de renda e contribuição social

O encargo de Imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e resultado tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais

3.9. Reconhecimento da receita

A Companhia avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme passos abaixo:

- 1- Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
- 2- Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
- 3- Determinar o preço de cada tipo de transação;
- 4- Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos;
- 5- Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

Após análise detalhada, a Companhia concluiu que as receitas são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que os serviços são efetivamente transferidos ao cliente.

3.10. Alterações e interpretações do CPC PME (R1)

Não estão previstas alterações no CPC PME (R1) com impactos retrospectivos ou prospectivos, na Companhia em relação a essas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e a partir de 1º de janeiro de 2023 até a presente data.

4. Instrumentos financeiros

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

4.1.1. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

4.1.2. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração, por exemplo, quando aplicável, os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

UTILITAS PECÉM - EMPRESA DE UTILIDADES INDUSTRIAIS DO PECÉM S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Instrumentos financeiros por categoria

	2022	2021
Ativos - Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	576	158
Contas a receber	1.965	1.778
Outras contas a receber	103	77
	<u>2.644</u>	<u>2.013</u>
Passivos - Custo amortizado		
Fornecedores	1.062	814
Empréstimos e financiamentos	4.262	4.307
	<u>5.324</u>	<u>5.121</u>

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa	-	-
Bancos	4	4
Aplicações financeiras	572	154
	<u>576</u>	<u>158</u>

(a) As aplicações financeiras são de curto prazo e de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros se referem substancialmente a instrumentos de renda fixa.

7. Contas a receber

	2022	2021
Contas a receber faturado	1.277	1.135
Medições a faturar (a)	688	643
	<u>1.965</u>	<u>1.778</u>

(a) Refere-se à estimativa dos serviços prestados, mas ainda não faturados no final do exercício.

8. Imobilizado

	2022			2021
	Custo	Depreciação	Líquido	
Máquinas e equipamentos	666	(80)	586	-
Moveis e Utensílios	2	-	2	-
Equipamentos de Informática	22	(2)	20	-
Sistema de Captação, resfriamento e despeção de efluentes	10.261	(4.354)	5.907	-
Total	<u>10.951</u>	<u>(4.436)</u>	<u>6.515</u>	<u>-</u>

UTILITAS PECÉM - EMPRESA DE UTILIDADES INDUSTRIAIS DO PECÉM S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação	2021	Adição	Reclassificação	2022
Custo				
Máquinas e equipamentos	-	70	596	666
Moveis e Utensílios	-	-	3	3
Equipamentos de Informática	-	22	-	22
Sistema de Captação, resfriamento e dispeção de eluentes	-	1.448	8.813	10.261
	-	1.540	9.412	10.952
(-) Depreciação				
Máquinas e equipamentos	-	(54)	(26)	(80)
Moveis e Utensílios	-	(1)	-	(1)
Equipamentos de Informática	-	(2)	-	(2)
Sistema de Captação, resfriamento e dispeção de eluentes	-	(889)	(3.465)	(4.354)
	-	(946)	(3.491)	(4.437)
	-	594	5.921	6.515

Os ativos são depreciados em função do prazo do contrato de prestação de serviço que é de 10 anos.

9. Intangível

	2022			2021
	Custo	Amortização	Líquido	
Sistema de Captação, resfriamento e dispeção de eluentes	1.643	(697)	946	7.009
Total	1.643	(697)	946	7.009
	2021	Adição	Reclassificação	2022
Custo				
Sistema de Captação, resfriamento e dispeção de eluentes	11.055	-	(9.412)	1.643
(-) Depreciação				
Sistema de Captação, resfriamento e dispeção de eluentes	(4.046)	(142)	3.491	(697)
	7.009	(142)	(5.921)	946

10. Fornecedores

Composto por fornecedores nacionais, substancialmente para manutenção do funcionamento e operações das instalações da Companhia. Em 31 de dezembro 2022, os saldos apresentados na rubrica são no montante de R\$ 1.062 (2021: R\$ 814).

UTILITAS PECÉM - EMPRESA DE UTILIDADES INDUSTRIAIS DO PECÉM S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos

	Taxa média de juros a.m.	2022	2021
Money Plus Sociedade de Crédito	1,75%	1.093	3.169
Multi Asset Fundo de Investimento	1,65%	3.169	568
Ebenezer Factoring	1,70%	-	570
		<u>4.262</u>	<u>4.307</u>
Circulante		3.624	3.215
Não circulante		638	1.092

12. Obrigações tributárias

	2022	2021
IRPJ	266	273
CSLL	79	81
Outros tributos a recolher	143	4
	<u>488</u>	<u>358</u>

13. Mútuos com partes relacionadas

	2022	2021
Pb Construções Ltda.	702	4.575
	<u>702</u>	<u>4.575</u>

Os saldos com a PB Construção Ltda, refere-se aos valores aportados pela PB Construções Ltda., utilizados para construção dos ativos intangíveis. O saldo devedor é atualizado pelo INCC.

14. Capital social

O Capital social da Companhia é representado por 10.000 (Dez mil) ações, assim distribuídas:

	Qtd. de ações	% de participação
Pb Construções Ltda.	8.500	85%
Companhia de Água e Esgoto do Ceará	1.500	15%
	<u>10.000</u>	<u>100%</u>

O Capital subscrito da Companhia é de R\$ 10 mil (dez mil reais), remanescendo ainda R\$ 6 mil (seis mil reais) a ser integralizado.

UTILITAS PECÉM - EMPRESA DE UTILIDADES INDUSTRIAIS DO PECÉM S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Receita operacional líquida

	2022	2021
Receita com prestação de serviços	15.998	12.516
(-) ISS sobre faturamento	(798)	(594)
	<u>15.200</u>	<u>11.922</u>

16. Custos e despesas por natureza

	2022	2021
Concessão de uso de ativos	(459)	(343)
Custos gerências e administrativos	(764)	(577)
Depreciação e amortização	(1.088)	(1.070)
Despesas com pessoal	(289)	(310)
Despesas tributárias	(78)	(13)
Energia elétrica	(960)	(862)
Locações diversas	(208)	(100)
Manutenções diversas	(213)	(77)
Materiais de construção	(217)	(86)
Materiais de uso e consumo	(82)	(49)
Operação e manutenções	(1.448)	(1.154)
Outras despesas	(284)	(183)
Outros serviços de terceiros	(146)	(58)
Segurança	(261)	(119)
Serviços de consultoria	(454)	(232)
	<u>(6.951)</u>	<u>(5.233)</u>
Custo dos Serviços Prestados	(6.272)	(4.952)
Despesas gerais, administrativas e comerciais	(679)	(281)

17. Resultado financeiro, líquido

	2022	2021
Descontos obtidos	1	3
Rendimento de aplicações financeiras	2	1
Receitas financeiras	3	4
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.111)	(1.435)
Juros e mora	(659)	(268)
Outras despesas financeiras	(175)	(32)
Despesas financeiras	(1.945)	(1.735)
Resultado financeiro líquido	<u>(1.942)</u>	<u>(1.731)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Impostos sobre a renda

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita (regime de caixa)	15.800	10.646
Alíquota de presunção	32%	32%
Lucro presumido	<u>5.056</u>	<u>3.407</u>
Receitas financeiras e outras receitas	<u>1</u>	<u>18</u>
(=) Base de cálculo	5.057	3.425
Contribuição social sobre o lucro líquido	454	308
Imposto de renda da pessoa jurídica	759	514
Adicional de imposto de renda	<u>482</u>	<u>318</u>
	<u><u>1.695</u></u>	<u><u>1.140</u></u>

19. Eventos subsequentes

Supremo Tribunal Federal (STF)

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário n° 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC PME (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.